

MINUTA DO TERMO DE REFERÊNCIA

(Prestação de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão-de-obra)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
CAMPUS NATAL – ZONA NORTE
PREGÃO Nº XX/2022
(Processo Administrativo n.º 23058.001159.2022-03)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de **Serviço de locação de caçamba estacionária com 5m³ para recolhimento de recolhimento de rcc (resto de construção civil) e/ou lixo verde (poda, troncos, galhos, raízes, restos de vegetação e afins)** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

<u>GRUPO</u>	<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>CATSER</u>	<u>Unidade de Medida</u>	<u>Quantidade (12 meses)</u>	<u>Quantidade (60 meses)</u>	<u>Valor Unitário Máximo Aceitável</u>	<u>Valor Total (12 meses)</u>	<u>Valor Total (60 meses)</u>
<u>1</u>	<u>1</u>	<u>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM 5M³ PARA RECOLHIMENTO DE RCC (Resto De Construção Civil)</u>	<u>25640</u>	<u>UND</u>	<u>6</u>	<u>30</u>	<u>R\$ 498,58</u>	<u>R\$ 2.991,48</u>	<u>R\$ 14.957,40</u>
	<u>2</u>	<u>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM 5M³ PARA RECOLHIMENTO DE LIXO VERDE (PODA, TRONCOS, GALHOS, RAÍZES, RESTOS DE VEGETAÇÃO E AFINS) IFRN</u>	<u>25640</u>	<u>UND</u>	<u>32</u>	<u>160</u>	<u>R\$ 544,44</u>	<u>R\$ 17.422,08</u>	<u>R\$ 87.110,40</u>
<u>2</u>	<u>3</u>	<u>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM</u>	<u>25640</u>	<u>UND</u>	<u>6</u>	<u>30</u>	<u>R\$ 498,58</u>	<u>R\$ 2.991,48</u>	<u>R\$ 14.957,40</u>

		<u>5M³</u> <u>PARA RECOLHIMENTO DE RCC (Resto De Construção Civil)</u>							
	<u>4</u>	<u>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM 5M³</u> <u>PARA RECOLHIMENTO DE LIXO VERDE (PODA, TRONCOS, GALHOS, RAÍZES, RESTOS DE VEGETAÇÃO E AFINS) IFRN</u>	<u>25640</u>	<u>UND</u>	<u>25</u>	<u>125</u>	<u>R\$ 544,44</u>	<u>R\$</u> <u>13.611,0</u> <u>0</u>	<u>R\$</u> <u>68.055,0</u> <u>0</u>

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão (s) e entidade (s) participante (s):

<u>Órgão gerenciador - IFRN – Campus Natal – Zona Norte.</u>					
<i>Grupo</i>	<i>ITEM</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Quantidade (12 meses)</i>	<i>Quantidade (60 meses)</i>
<u>1</u>	<u>1</u>	<u>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM 5M³</u> <u>PARA RECOLHIMENTO DE RCC (Resto De Construção Civil)</u>	<u>UND</u>	<u>6</u>	<u>30</u>
	<u>2</u>	<u>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM 5M³</u> <u>PARA RECOLHIMENTO DE LIXO VERDE (PODA, TRONCOS, GALHOS, RAÍZES, RESTOS DE VEGETAÇÃO E AFINS)</u>	<u>UND</u>	<u>32</u>	<u>160</u>

<u>Órgão participante - IFRN – Campus Natal – Cidade Alta.</u>					
<i>Grupo</i>	<i>ITEM</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Quantidade (12 meses)</i>	<i>Quantidade (60 meses)</i>
<u>2</u>	<u>3</u>	<u>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE</u>	<u>UND</u>	<u>6</u>	<u>30</u>

		<u>CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM 5M³ PARA RECOLHIMENTO DE RCC (Resto De Construção Civil)</u>			
	4	<u>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM 5M³ PARA RECOLHIMENTO DE LIXO VERDE (PODA, TRONCOS, GALHOS, RAÍZES, RESTOS DE VEGETAÇÃO E AFINS)</u>	<u>UND</u>	<u>25</u>	<u>125</u>

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de locação de contêineres (caçamba de ferro de 5m³), incluindo a coleta, transporte e destinação final de resíduos.

1.2.1. Justifica-se O SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM 5M³ PARA RECOLHIMENTO DE ENTULHO/LIXO VERDE, como sendo de natureza continuada (não complexa) pela sua essencialidade e habitualidade, se enquadrada na categoria de bens e serviços comuns, conforme a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado e dessa forma adéqua-se à aplicação da modalidade licitatória do Pregão Eletrônico SRP como solução da demanda.

1.2.2. Será aplicado o Sistema de Registro de Preços (SRP) por entender que os serviços a serem contratados atendem a hipóteses do Art. 3, inciso I, II e III do decreto 7.892/2013.

1.2.3. Cada órgão participante celebrará contrato próprio conforme aduz Art. 3, inciso III do decreto 7.892/2013.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6. A participação será exclusiva para ME e EPP uma vez que o valor da contratação não ultrapassa os 80.000,00 mil reais.

1.6.1. Não se verificou a incidência de qualquer das hipóteses do art. 10 do Decreto nº 8.538, de 2015.

1.7. Não se admitirá adesões à ata de registro de preços decorrente desta licitação por órgão ou entidade, com fundamento no artigo 22º do Decreto 7.892/2013.

1.7.1. Justifica-se, pois, Administração não conta com a disponibilidade de pessoal necessária a amparar e acompanhar pedidos de adesão.

1.8. Os serviços realizar-se-ão, sob demanda, nos respectivos endereços:

1.8.1. IFRN – Campus Natal – Zona Norte: R. Brusque, 2926 - Potengi, Natal - RN, 59112-490.

1.8.2. IFRN – Campus Cidade Alta: R. das Donzelas, 151 - Rocas, Natal - RN, 59012-190.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. *Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;*
- 5.1.2. **O serviço compreende a locação de caçambas estacionárias, bem como a destinação final dos resíduos, a serem colocados e retirados das dependências físicas dos campi, em períodos e locais previamente definidos pela CONTRATANTE.**
- 5.1.3. **O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.**
- 5.1.4. **As caçambas deverão ter capacidade mínima de 5m³ (cinco metros cúbicos).**
- 5.1.5. **Cada caçamba deverá ficar disponível nas dependências da CONTRATANTE até que seja requerida sua retirada, em até 10 (dez) dias corridos da data de sua colocação no campus.**
- 5.1.6. **A prestação dos serviços consiste no transporte, colocação, permanência e retirada da caçamba para a coleta de RCC, quais sejam: calça; pedregulhos, restos de gesso e outros materiais resultantes de reformas, consertos, construções/demolições, terra (material resultante de escavações) e/ou Lixo Verde: galhos e folhas (resultante de poda de árvores e vegetações).**
- 5.1.7. **Serviço de natureza continuada pela sua essencialidade e habitualidade, divisível de natureza não complexa:**

5.1.7.1. Essencialidade: O acúmulo dos resíduos provenientes das manutenções dos jardins e dos prédios dos Campi do Polo Metropolitano, sem a correta destinação, uma vez que não é permitido seu descarte no lixo comum, poderá acarretar diversos transtornos e prejuízos ao patrimônio público, como a organização e estética dos prédios, a proliferação de pragas e animais peçonhentos e, consequente, risco à saúde das pessoas que ali laboram;

5.1.7.2. Habitualidade: Com os serviços de manutenção de jardins e a realização de pequenas obras de reforma e reparos nos prédios dos campi, é gerado grande volume de resíduos, necessitando constantemente seu adequado descarte, durante todo o exercício, através dos serviços de locação de caçambas estacionárias para a coleta, transporte e destinação final destes materiais.

5.1.8. Os serviços, preferencialmente, serão realizados em horário comercial: 08h às 12h e 13h às 17h.

5.1.9. A destinação/disposição final ambientalmente adequada aos resíduos, deverá ser executada em instalações licenciadas pelos Órgãos de Controle Ambiental competentes, devendo obrigatoriamente atestar a efetiva destinação dos resíduos recebidos conforme Art. 9º LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 272, DE 3 DE MARÇO DE 2004.

5.1.10. A contratada deverá ter Termo de Autorização de Operação emitido pelo Órgão competente conforme Art. 26 LEI MUNICIPAL Nº 4.748, DE 30 DE ABRIL DE 1996.

5.1.11. O destino/disposição final dos resíduos deverá atender integralmente aos aspectos previstos na legislação ambiental aplicável, sendo este devidamente legalizado e credenciado pelos órgãos competentes, sendo de total responsabilidade da contratada, qualquer ato, atitude ou ação cometida ou tomada pela mesma.

5.1.12. O órgão gerador de resíduo, a empresa transportadora e o destinatário deverão ter cadastro e gerenciar o controle de resíduos via Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir) conforme Art. 1, § 1 e Art. 2, PORTARIA Nº 280, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

5.1.13. Será exigido o Manifesto de Transporte de Resíduos – SINIR, a cada serviço realizado conforme Art. 1, § 1 e Art. 2, PORTARIA Nº 280, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

5.2. *Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.*

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. *Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nos seguintes dispositivos legais:*

6.1.1. Lei Federal Nº 12.651, de 25 de maio de 2012 que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;

6.1.2. Lei Federal Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e regula o descarte das podas, troncos e raízes;

6.1.3. Lei Municipal Nº. 6.298, de 30 de setembro de 2011, que dispõe sobre a Reciclagem de Resíduos Sólidos Provenientes da Construção Civil e Institui Programa de Reciclagem de Entulhos da Construção Civil no Município de Natal;

6.1.4. Lei Municipal Nº. 6.693, de 03 de julho de 2017, que dispõe sobre a proibição do descarte de resíduos sólidos nos logradouros públicos do Município de Natal e dá outras providências;

6.1.5. Lei municipal de Natal nº 297/2009, que dispõe sobre os serviços de coleta de entulho no Município de Natal;

6.1.6. Resolução nº 307/2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) classifica os resíduos da construção civil em quatro classes de rejeitos;

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. *Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante PODERÁ realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **8 horas às 11 horas**.*

7.2. *O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.*

7.2.1. *Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

7.2.2. Será de responsabilidade exclusiva da empresa licitante a observância dos prazos supracitados e o agendamento da vistoria com a antecedência necessária à sua realização, não podendo alegar insuficiência de prazo para a sua realização.

7.2.3. As despesas decorrentes da vistoria correrão por conta da licitante. No caso de a sede da empresa localizar-se fora da cidade de Natal-RN, a licitante poderá indicar formalmente um representante legal para representá-la.

7.3. *Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.*

7.4. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

7.5. *A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.*

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Disponibilizar os contêineres (caçamba estacionária de 5m³) para a armazenagem de RCC e/ou poda, em área determinada pelo IFRN;

8.1.2. Gerenciar os resíduos acumulados, realizando a substituição da caçamba plena por outra vazia, conforme demanda do IFRN;

8.1.3. Fazer o transporte dos resíduos com o respectivo Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR - SINIR), documento que declara gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino;

8.1.4. Realizar a destinação/disposição final dos resíduos;

8.1.5. Apresentar Manifesto de Transporte de Resíduos (SINIR) ao IFRN, para fins de comprovação de que o material foi destinado de maneira correta.

8.2. A execução dos serviços será mediante Ordem de Serviço emitida pela Contratante, em prazo não superior a 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, na forma que segue:

8.2.1. A coleta será feita através de caçambas estacionárias de 5m³ para retirada de resíduos de construção civil (RCC) e/ou Lixo Verde (PODA, TRONCOS, GALHOS, RAÍZES, RESTOS DE VEGETAÇÃO E AFINS).

8.2.2. A CONTRATADA deverá atender as solicitações de serviço em prazo NÃO superior a 48h.

8.2.3. Cada caçamba deverá ficar disponível nas dependências da CONTRATANTE até que seja requerida sua retirada, em até 10 (dez) dias da data de sua colocação no campus.

8.2.4. A solicitação de colocação e de retirada das caçambas será feita de segunda à sexta-feira, preferencialmente em horário comercial, de 08h às 12h e 13h às 17h, sob demanda, feita a pedido do IFRN;

8.2.5. O controle do serviço mensal será feito através de recibo da empresa no ato da colocação da caçamba;

8.2.6. As caçambas deverão ser transportadas por veículos apropriados, tipo caminhão poliquindaste, com a utilização de profissionais, equipamentos de proteção individual e ferramentas adequados para a realização da tarefa, dentro das normas técnicas de segurança;

8.2.7. Os veículos deverão ser carregados de maneira que a coleta dos resíduos não transborde para a via pública, especialmente no trajeto até seu descarte, podendo utilizar dispositivos de cobertura de carga. Caso haja vazamento, deverá ser providenciada a limpeza da área atingida;

8.2.8. As caçambas devem ser dimensionadas, sinalizadas e identificadas conforme legislação vigente;

8.2.9. Os RCC, quando possível, devem ser reutilizados e/ou reciclados ou encaminhados para aterros sanitários apropriados, quando não for possível o reuso ou reciclagem;

8.2.10. É obrigação da CONTRATADA fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e/ou necessários a seus funcionários, que devem utilizá-los durante a colocação e retirada das caçambas;

8.2.11. A CONTRATADA deve respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

8.2.12. A empresa deverá possuir licença ambiental e estar devidamente licenciada nos órgãos competentes bem como seus veículos, e motoristas formalmente habilitados;

8.2.13. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução do serviço a Contratada deverá disponibilizar os contêineres (caçamba de estacionárias), nas quantidades necessárias para a execução dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário.

- 9.2. Os contêineres retirados para o transporte dos resíduos deverão ser substituídos, mediante solicitação da equipe de fiscalização dos campi ao preposto da empresa, por outros vazios e apropriadamente identificados.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. A demanda dos órgãos tem como base as seguintes características:

10.1.1. O gerenciamento de resíduos sólidos constitui-se em um conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;

10.1.2. Constitui resíduos de construção civil os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

10.1.3. Os resíduos da construção civil NÃO poderão ser dispostos em aterros de resíduos sólidos urbanos, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei;

10.1.4. O gerenciamento de resíduos de Lixo Verde constitui-se em um conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada.

10.1.5. Constitui resíduos de Lixo Verde os gerados em podas e jardinagem (PODA, TRONCOS, GALHOS, RAÍZES, RESTOS DE VEGETAÇÃO E AFINS).

10.1.6. Os resíduos de Lixo Verde NÃO poderão ser dispostos em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei;

10.1.7. Será solicitado o Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR (Disponível em SINIR.GOV.BR) da empresa prestadora do serviço de coleta e transporte para a comprovação da destinação adequada dos resíduos em locais autorizados ou licenciados pelo Poder Público;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. *Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;*
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua

integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/~~Estadual~~ ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.23. **É obrigação da CONTRATADA fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e/ou necessários a seus funcionários, que devem utilizá-los durante a colocação e retirada das caçambas.**
- 12.24. **A CONTRATADA deve respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.**
- 12.25. **A destinação/disposição final ambientalmente adequada aos resíduos, deverá ser executada em instalações licenciadas pelos Órgãos de Controle Ambiental competentes, devendo obrigatoriamente atestar a efetiva destinação dos resíduos recebidos.**
- 12.26. **A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.**

- 12.27. **A empresa contratada deverá emitir recibo contendo todas informações necessárias ao controle e devidamente atestado pelo agente designado especificamente para fiscalizar e acompanhar o recolhimento do resíduo.**
- 12.28. **A empresa contratada deverá entregar Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR)-(SINIR) à CONTRATANTE, no prazo de até 10 (dez) dias após o descarte dos resíduos, comprovando que o material foi destinado de maneira correta.**
- 12.29. **Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.**

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.13.1. Comparecimento da empresa dentro da frequência demandada pela contratante;

15.13.2. Utilização de equipamento adequado para a coleta do material, devidamente identificado, de acordo com a norma ambiental vigente;

15.13.3. Utilização de veículo adequado para o transporte dos resíduos, devidamente identificado, de acordo com a norma ambiental vigente;

15.13.4. Motoristas devidamente habilitados;

15.13.5. Funcionários utilizando EPI necessário para a manipulação dos contêineres e operação dos mesmos.

15.13.6. Manter a documentação de habilitação atualizada;

15.13.7. Não utilizar as dependências do IFRN para fins diversos do objeto do contrato;

15.13.8. Não permitir a presença de empregado sem uniforme ou crachá nos locais de prestação de serviço;

15.13.9. Deixar de prestar ou abandonar o serviço solicitado sem motivo de força maior;

15.13.10. Deixar de prestar ou abandonar o serviço solicitado sem motivo de força maior;

15.13.11. Tempo de solução para eventuais falhas e/ou atraso, substituição, reparos ou correções na prestação do serviço será de até 48 (quarenta e oito) horas.

15.13.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme previsto no Anexo do Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.2.1. não produziu os resultados acordados;

16.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.3. **A Meta a Cumprir com o IMR é a realização de 100% dos serviços previstos nas ordens de serviços, observando as exigências legais e contidas no contrato e seus anexos;**

16.4. **A forma de acompanhamento é de acordo com as ordens de serviços, verificando o cumprimento das atividades e da execução, conforme perspectiva da Administração e posterior lançamento do resultado na planilha de controle mensal;**

16.5. **O Mecanismo de Cálculo está previsto no anexo deste Termo de Referência, 0,8% a 3,2% por dia sobre o valor mensal da fatura;**

16.6. **Início de Vigência corresponde à data da assinatura do contrato.**

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de **30 (trinta)** dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese,

o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{100} \quad I = 0,00016438$$

19. REAJUSTE

- 19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
- $$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$
- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual a ser reajustado;
- I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento;
- 19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 20.1.1. O objeto da licitação não é de alta complexidade;**
- 20.1.2. O contrato não terá valor vultoso ANUAL;**
- 20.1.3. Pode onerar as propostas e restringir a competição;**
- 20.1.4. O parâmetro de avaliação dos serviços executados deverá tomar por base todo o disposto neste Termo de Referência, no Edital e na proposta da licitante vencedora, devendo a sua execução atingir o resultado esperado no momento de sua contratação; e**

20.1.5. O não atendimento do disposto no Edital e neste Termo de Referência sujeitará a Contratada a todas as sanções administrativas e penais previstas legalmente e contratualmente.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) **Multa de:**
 - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze)** dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das *tabelas 1 e 2*, abaixo; e
 - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04

3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

- 21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 22.3.1. Licença Ambiental de Operação expedida por órgão competente conforme Art. 9º LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 272, DE 3 DE MARÇO DE 2004;**
- 22.3.2. Cadastro e Autorização para realização dos serviços pelo órgão competente conforme Art. 26 LEI MUNICIPAL Nº 4.748, DE 30 DE ABRIL DE 1996.**
- 22.3.3. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

22.3.3.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

22.3.3.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de **01 (um) ano** na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os **12 (doze) meses** anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

22.3.3.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

22.3.3.3. *Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.*

22.3.3.4. *Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.*

22.3.3.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. Valor Global **anual: R\$ 37.016,04 (trinta e sete mil e dezesseis reais e quatro centavos) podendo chegar até R\$ 185.080,20 (cento e oitenta e cinco mil e oitenta reais e vinte centavos) com as eventuais prorrogações de contrato, limitadas a 60 meses, conforme artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.**

22.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1. O custo estimado da contratação **anual** é de **R\$ 37.016,04 (trinta e sete mil e dezesseis reais e quatro centavos) podendo chegar até R\$ 185.080,20 (cento e oitenta e cinco mil e oitenta reais e vinte centavos) com as eventuais prorrogações de contrato, limitadas a 60 meses, conforme artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.**

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1. *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.*

24.1.1. A presente contratação por se tratar de despesas contínuas (entenda-se por contínua àquela de costumeira realização a cada ano), por não constituírem gastos novos, uma vez que foram previstas no PGC/PAC 2022, não se sujeitaram aos preceitos dos art. 16, incisos I e II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Município de **Natal**, 12 de dezembro de **2022**

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

JULIO CESAR ARAUJO DE ANDRADE

Engenheiro

Matrícula 1855723

SAMIR DE CARVALHO COSTA

Assistente em Administração

Matrícula 1583768

PAULO RICARDO DE OLIVEIRA

Auxiliar em Administração

Matrícula 1880004

Anexos:

I - Estudo Técnico Preliminar;

II - Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

III - Termo de Vistoria.

Estudo Técnico Preliminar 21/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 23058.001159.2022-03

2. Descrição da necessidade

2.1 A O SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM 5M³ PARA RECOLHIMENTO DE ENTULHO /PODA, a ser explorado mediante procedimento licitatório, tem a importância incontestável de se manter as áreas externas do campi, limpas e organizadas, possibilitando aos servidores, terceirizados, estagiários, usuários dos campi e público em geral, um ambiente hígido e agradável, bem como proporcionar a destinação adequada ao material descartado, conforme aduz justificativas no item 6 do presente estudo preliminar.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção	Julio Cesar Araujo de Andrade

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O serviço compreende a locação de caçambas estacionárias, bem como a destinação final dos resíduos, a serem colocados e retirados das dependências físicas dos campi, em períodos e locais previamente definidos pela CONTRATANTE.

4.2 As caçambas deverão ter capacidade mínima de 5m³ (cinco metros cúbicos).

4.3 Cada caçamba deverá ficar disponível nas dependências da CONTRATANTE até que seja requerida sua retirada, em até 10 (dez) dias da data de sua colocação no campus.

4.4 A prestação dos serviços consiste no transporte, colocação, permanência e retirada da caçamba para a coleta de resíduos, quais sejam: calça; pedregulhos, restos de gesso e outros materiais resultantes de reformas, consertos, construções/demolições, terra (material resultante de escavações), galhos e folhas (resultante de poda de árvores e vegetações).

4.5 Serviço de natureza continuada pela sua essencialidade e habitualidade, divisível de natureza não complexa:

4.5.1 Essencialidade: O acúmulo dos resíduos provenientes das manutenções dos jardins e dos prédios dos Campi do Polo Metropolitano, sem a correta destinação, uma vez que não é permitido seu descarte no lixo comum, poderá acarretar diversos transtornos e prejuízos ao patrimônio público, como a organização e estética dos prédios, a proliferação de pragas e animais peçonhentos e, conseqüente, risco à saúde das pessoas que ali laboram;

4.5.2 Habitualidade: Com os serviços de manutenção de jardins e a realização de pequenas obras de reforma e reparos nos prédios dos campi, é gerado grande volume de resíduos, necessitando constantemente seu adequado descarte, durante todo o exercício, através dos serviços de locação de caçambas estacionárias para a coleta, transporte e destinação final destes materiais.

4.6. Os serviços a serem contratados são de natureza contínua, tendo em vista a necessidade permanente, com duração inicial de 12 (doze) meses, prorrogável até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, e **não** envolvem dedicação exclusiva de mão de obra.

4.7. Os serviços, preferencialmente, serão realizados em horário comercial: 08h às 12h e 13h às 17h.

4.8 A destinação/disposição final ambientalmente adequada aos resíduos, deverá ser executada em instalações licenciadas pelos Órgãos de Controle Ambiental competentes, devendo obrigatoriamente atestar a efetiva destinação dos resíduos recebidos.

4.9 Licença Ambiental de Operação expedida por órgão competente.

4.10. O destino/disposição final dos resíduos deverá atender integralmente aos aspectos previstos na legislação ambiental aplicável, sendo este devidamente legalizado e credenciado pelos órgãos competentes, sendo de total responsabilidade da contratada, qualquer ato, atitude ou ação cometida ou tomada pela mesma.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Justifica-se O SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM 5M³ PARA RECOLHIMENTO DE ENTULHO/PODA, como sendo de natureza continuada pela sua essencialidade e habitualidade, divisível de natureza não complexa, se enquadrada na categoria de bens e serviços comuns, conforme a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado e dessa forma adequa-se à aplicação da modalidade licitatória do Pregão Eletrônico SRP como solução da demanda.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM 5M³ PARA RECOLHIMENTO DE ENTULHO/PODA, pela importância de se manter as áreas externas dos campi limpas e organizadas, possibilitando aos servidores, terceirizados, estagiários, alunos, usuários dos campi e público em geral, disporem de instalações limpas, organizadas e bem conservadas e livre de qualquer agravo visual, consequentemente diminuindo riscos de pragas, vetores, insetos. Portanto, faz-se necessária a troca regular das caçambas utilizadas (cheias), de modo efetivo e rápido por outra vazia, que deve ser solicitada de acordo com a conveniência e necessidade da Administração, conforme estipulará o futuro termo de referência, como se procederá tal solicitação à CONTRATADA. Outro aspecto a se ressaltar é o manejo adequado do material a ser descartado, que deve estar em conformidade com as normas ambientais.

6.2 A CONTRATADA DEVERÁ SEGUIR A LEGISLAÇÃO VIGENTE VOLTADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.2.1 Lei Federal Nº 12.651, de 25 de maio de 2012 que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;

6.2.2 Lei Federal Nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e regula o descarte das podas, troncos e raízes;

6.2.3 Lei Municipal Nº. 6.298, de 30 de Setembro de 2011, que Dispõe sobre a Reciclagem de Resíduos Sólidos Provenientes da Construção Civil e Institui Programa de Reciclagem de Entulhos da Construção Civil no Município de Natal;

6.2.4 Lei Municipal Nº. 6.693, de 03 de julho de 2017, que dispõe sobre a proibição do descarte de resíduos sólidos nos logradouros públicos do Município de Natal e dá outras providências;

6.2.5 Lei municipal de Natal nº 297/2009, que dispõe sobre os serviços de coleta de entulho no Município de Natal;

6.2.6 Resolução nº 307/2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) classifica os resíduos da construção civil em quatro classes de rejeitos;

6.2.7 A CONTRATADA deverá ter autorização, emitida pelo órgão competente, para realizar o serviço.

6.3 A solução apontada no presente Estudo Técnico Preliminar, também é largamente operada no mercado em geral, como solução quase unânime, visto as complexidades que seria a destinação correta desse material coletado, o que requer a mesma solução, de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM 5M³ PARA RECOLHIMENTO DE ENTULHO/PODA, especialmente pelas restrições ambientais e regulamentares.

6.4. Os serviços realizar-se-ão nos seguintes endereços:

Instituição	Endereço
IFRN - Campus Natal - Zona Norte	Rua Brusque, 2926, Conjunto Santa Catarina, Potengi Natal-RN CEP: 59112-490
IFRN - Campus Natal - Cidade Alta	Rua Travessa das Donzelas, nº S/N, bairro Rocas, Natal/RN, CEP: 59012-190

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Justifica-se a estimativa demanda do Campus Natal - Zona Norte, conforme demonstra o histórico de consumo na tabela abaixo:

Mês	Poda	Entulho	NF
mai/20	1	0	NF37
jun/20	0	0	-
jul/20	2	0	NF43
ago/20	4	0	NF48
set/20	2	0	NF55
out/20	1	0	NF56
nov/20	0	0	-
dez/20	0	0	-
jan/21	0	0	-
fev/21	5	0	NF72
mar/21	2	0	NF77
abr/21	2	0	NF80
mai/21	2	0	NF85
jun/21	1	0	NF89
jul/21	2	0	NF99
ago/21	0	0	-
set/21	2	0	NF114
out/21	2	0	NF123
nov/21	2	0	NF130
dez/21	4	0	NF134
jan/22	0	0	-
fev/22	2	0	NF138
mar/22	0	0	-
abr/22	0	0	-
mai/22	2	2	NF145
Total	38	2	-

7.1.1. Além do histórico de consumo, considerou-se também que o Campus não conta com esse tipo de serviço desde maio de 2022. Tal ausência acarretou em acúmulo de resíduos nas dependências do Campus que consequentemente irão demandar de um número maior de caçambas para recolhimento do acumulado.

7.2. Justifica-se a estimativa de consumo do Campus Natal - Cidade Alta considerando as necessidades:

7.2.1. Houve a mudança de endereço do campus, que agora conta área verde que começou a necessitar de podas.

7.2.2. Eventuais manutenções prediais, preventivas e corretivas.

7.3. Estimativas dos quantitativos individualizadas para 12 meses, do órgão gerenciador e órgão (s) e entidade (s) participante (s) estão no Adendo I de Estudo:

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 37.016,04

8.1 A estimativa do valor da contratação para 12 meses é de R\$ 37.016,04 (trinta e sete mil e dezesseis reais e quatro centavos).

8.1.1 Estimativas dos valores individualizadas, do órgão gerenciador e órgão (s) e entidade (s) participante (s) estão no Adendo I de Estudo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Justifica-se o NÃO parcelamento da solução e criação do Lote (grupo) pelos seguintes motivos:

9.1.1. A ampliação da competitividade na licitação, uma vez que a ajuntada de itens/serviços de baixo valor com outros de valor similar ou com itens/serviço de valor mais vultuoso (de mesma natureza) despertará interesse de mais empresas, elevando a concorrência;

9.1.2. A melhor gestão contratual;

9.1.3. Economia processual. Uma vez que diversos contratos necessitam de recursos orçamentários maiores, exigindo mais servidores envolvidos, mais publicações em Diário Oficial, entre outros. Ou seja, haverá melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis;

9.1.4. Apesar da solução ser divisível, foi considerado tecnicamente inviável a divisão. Uma vez que os serviços são integrados/similares. Um único contrato resultará em respostas mais rápidas às demandas durante a vigência contratual;

9.1.5. Preços mais vantajosos para a Administração. O parcelamento da solução poderá gerar perda de economia de escala.

9.1.6. A economicidade na gestão contratual, refere-se à celebração de apenas um contrato para os dois itens a serem licitados em virtude da criação de um lote, uma vez que, devido à natureza dos itens, é tecnicamente viável.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não vislumbra-se a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação foi prevista e inserida no PGC/PAC 2022 dos campi.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM 5M³ PARA RECOLHIMENTO DE ENTULHO/PODA, ora almejadas, tendo como objetivo, manter as áreas externas dos campi limpas, organizadas e livre de qualquer agravo visual, riscos de pragas, vetores, insetos, e com manejo ambiental adequado.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A Administração designará servidores que já tenham experiência na atuação como fiscal de contrato dessa modalidade de serviço como forma de aumentar a eficiência da execução.

13.1.1. Caso não haja servidor com experiência, providenciará cursos para capacitação.

13.3. Não vislumbra-se necessidade de adequação do ambiente para execução do serviço.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A CONTRATADA deverá adotar critérios ambientais voltados para a SUSTENTABILIDADE, a saber:

14.1.1. Em relação ao item O SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM 5M³ PARA RECOLHIMENTO DE ENTULHO/PODA, deverá a CONTRATADA apresentar Licença Ambiental válida para transporte de resíduos no âmbito da região metropolitana de Natal, expedida por órgão competente;

14.1.2. Quanto a destinação adequada de resíduos sólidos, a CONTRATADA deverá apresentar e manter Licença Ambiental de Operação válida, expedida por órgão competente;

14.1.3. As caçambas deverão ter destinação exclusivamente para a coleta dos resíduos da construção civil (entulho, calça) ou lixo verde, podas, folhas, troncos e afins, sendo proibida a presença de lixo doméstico.

14.1.4. A contratada deverá apresentar os Manifestos de Transporte de Resíduos (disponível em <https://www.sinir.gov.br/>) dos serviços prestados.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, salientando tratar-se de serviço de natureza continuada e imprescindível ao funcionamento dos , bem como para atender aos requisitos legais estabelecidos pelas legislações ambientais vigentes.

16. Responsáveis

JULIO CESAR ARAUJO DE ANDRADE

Engenheiro

SAMIR DE CARVALHO COSTA

Assistente em Administração

PAULO RICARDO DE OLIVEIRA

Auxiliar em Administração

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo ETP.pdf (82.68 KB)

Anexo I - Anexo ETP.pdf

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	VALOR UNITÁRIO	QUANT. ANUAL TOTAL ESTIMADA	VALOR TOTAL ESTIMADO	QUANT. (60 meses) TOTAL ESTIMADA	VALOR TOTAL ESTIMADO (60 meses)
1	1	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM 5M³ PARA RECOLHIMENTO DE RCC (Resto De Construção Civil)	25640	R\$ 498,58	6	R\$ 2.991,48	30	R\$ 14.957,40
	2	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM 5M³ PARA RECOLHIMENTO DE LIXO VERDE (PODA, TRONCOS, GALHOS, RAÍZES, RESTOS DE VEGETAÇÃO E AFINS)	25640	R\$ 544,44	32	R\$ 17.422,08	160	R\$ 87.110,40
2	3	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM 5M³ PARA RECOLHIMENTO DE RCC (Resto De Construção Civil)	25640	R\$ 498,58	6	R\$ 2.991,48	30	R\$ 14.957,40
	4	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA COM 5M³ PARA RECOLHIMENTO DE LIXO VERDE (PODA, TRONCOS, GALHOS, RAÍZES, RESTOS DE VEGETAÇÃO E AFINS)	25640	R\$ 544,44	25	R\$ 13.611,00	125	R\$ 68.055,00
						R\$ 37.016,04		R\$ 185.080,20

GERENCIADOR IFRN -CAMPUS NATAL - ZONA NORTE (IFZN)					
GRUPO	ITEM	QUANT. MÍN. POR DEMANDA - IFZN	QUANT. MÁX. POR DEMANDA - IFZN	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA - IFZN	VALOR ANUAL TOTAL ESTIMADO IFZN
1	1	1	2	6	R\$ 2.991,48
	2	1	2	32	R\$ 17.422,08
					R\$ 20.413,56

PARTICIPANTE - IFRN -CAMPUS NATAL - CIDADE ALTA (IFCAL)					
GRUPO	ITEM	QUANT. MÍN. POR DEMANDA - IFCAL	QUANT. MÁX. POR DEMANDA - IFCAL	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA - IFCAL	VALOR ANUAL TOTAL ESTIMADO IFCAL
2	3	1	2	6	R\$ 2.991,48
	4	1	2	25	R\$ 13.611,00
					R\$ 16.602,48

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Contrato **XXXXXXXXXX**
MÊS / ANO

SERVIÇOS	MEDIÇÕES	GRAU	AValiação / FISCAL: SIM OU NÃO	ASSINATURAS
Ordem de Serviço 01	Executar todos os serviços ajustados nas condições pactuadas em Contrato, por meio de profissionais devidamente qualificados, bem como utilizando os materiais e equipamentos de proteção individual (EPIs) legalmente exigidos para a execução dos serviços contratados.	4		
	Cumprir a legislação ambiental, especificamente as relacionadas ao descarte de entulhos (Resolução CONAMA n. 307/02) e aos resíduos sólidos em geral (Portaria MINTER n. 59/79) e respectivas atualizações no que couber, não se eximindo de cumprir outros requisitos legais, resoluções do CONAMA e normas não listadas ou que entrem em vigor no período de vigência do contrato.	5		
	Efetuar o serviço objeto do Contrato nos endereços constantes na Termo de Referência	3		
	Tempo de Solução, com falhas e/ou atraso, substituição, reparos ou correções na prestação do serviço: Será de até 48 (quarenta e oito) horas , conforme do Termo de Referência. (Tempo de Solução é o tempo compreendido entre a comunicação junto a Contratante (via e-mail) e o efetivo comparecimento do profissional da Contratada ao local de execução dos serviços)	3		Fiscal
	Tempo de Atendimento, quando da requisição da entrega e da retirada das caçambas estacionárias: Efetuar o serviço no prazo máximo indicado no Termo de Referência, contados da data do recebimento da nota de empenho/ordem de serviço.	4		
	Utilização de veículo adequado para o transporte dos resíduos, devidamente identificado, de acordo com a norma ambiental vigente;	3		
	Motoristas devidamente habilitados;	4		Funcionário da Empresa
	Funcionários utilizando EPI necessário para a manipulação dos contêineres e operação dos mesmos.	4		
	Manter a documentação de habilitação atualizada;	3		
	Não utilizar as dependências do IFRN para fins diversos do objeto do contrato;	5		
	Não permitir a presença de empregado sem uniforme ou crachá nos locais de prestação de serviço;	3		

	Apresentar Manifesto de Transporte de Resíduos (SINIR) ao IFRN, para fins de comprovação de que o material foi destinado de maneira correta	5		
OBSERVAÇÃO				

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal da fatura
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal da fatura
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal da fatura

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO III -TERMO DE VISTORIA

Declaro, para fins de comprovação junto à Direção de Administração do IFRN, que a empresa (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob nº _____, localizada (endereço completo) , da cidade de _____, visitou a dependência predial, quando conheceu todas as áreas abrangidas, as condições técnicas exigidas na execução do serviço de locação de contêineres (caçamba de ferro) incluindo a coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos/Lixo verde gerados no IFRN, esclarecendo todas as dúvidas sobre o objeto desta licitação, junto ao Setor Técnico do IFRN (Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção), dando-se por satisfeita com as informações obtidas e considerando-se plenamente capacitada a elaborar a proposta de preços.

Local, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do declarante do IFRN: _____

Nome do declarante do IFRN: _____

(Representante do IFRN)

Assinatura do representante da Empresa : _____

Nome do representante da Empresa.....: _____

Número da identidade do representante : _____

Carimbo da Empresa com CNPJ
(dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

OBS : A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.

Documento Digitalizado Público

Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e anexos

Assunto: Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e anexos
Assinado por: Ricardo Oliveira
Tipo do Documento: Termo de Referência
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Mídia

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Paulo Ricardo de Oliveira, AUX EM ADMINISTRACAO**, em 13/12/2022 09:54:10.

Este documento foi armazenado no SUAP em 13/12/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1267661

Código de Autenticação: ae4f82880c

